

Discussão crítica acerca do turismo numa perspectiva materialista histórica

Leandro Henrique Magalhães*

Resumo

O presente artigo é resultado de projeto de pesquisa desenvolvido no Centro Universitário Filadélfia – Unifil, intitulado “As Revoluções Burguesas e sua Importância para a Constituição do Turismo”. A partir de pesquisa documental e bibliográfica, realçamos o fato de que o turismo enquanto prática deve ser entendido a partir da constituição do mundo moderno, além de acompanhar suas transformações. O trabalho aqui proposto apresenta uma síntese do que foi estudado, tendo por objetivo uma discussão crítica, tendo como base o materialismo histórico, acerca da constituição do turismo no século XX. Para tanto, iniciamos nosso estudo ainda no século XIX, com a formação do turismo de massa na Inglaterra, passando por momentos fundamentais como o Estado de Bem-Estar Social, a Guerra Fria e o Neoliberalismo, marca do mundo contemporâneo. Acreditamos que o turismo se desenvolve a medida que o capitalismo se consolida, vivendo, no entanto, momento de transformação graças às novas concepções que se inserem no mundo do trabalho, como o toyotismo e a flexibilização.

Palavras-chave: História do turismo; turismo de massa; mundo do trabalho.

Abstract

This article is the result of a Survey Project developed at Centro Universitário Filadélfia – Unifil, entitled “Bourgeois Revolutions and its Importance for Tourism Constitution”. Starting off from bibliographic and document survey, it's enhanced the fact that tourism as a practice must be understood from the Modern World Constitution, besides the fact of following its transformations. The study here proposed a critic discussion, having as base the Historic Materialist, about of the Tourism constitution in the 20th century. Thus, this study starts in 19th century, with the formation of mass tourism in England, going through fundamental moments, as the Welfare State, Cold War, and Neoliberalism, mark of contemporaneous times. It's believed that Tourism develops as capitalism consolidates, although living the transformation moments thanks to new conceptions inserted in Labor World, as toyotism and flexibilization.

Key-words: Tourism history; mass tourism; labor world.

I.

Nenhuma outra área do conhecimento vem ganhando tanto destaque quanto o turismo, seja pela sua dimensão econômica, seja pela problemática social que ela enseja. Apesar disso, muitos ainda insistem em pensar o turismo simplesmente como prática, ou como técnica, deixando de percebê-lo como um fenômeno social amplo, complexo e contraditório, que afeta todo o mundo e todas as camadas sociais, mesmo aqueles que não participam de forma direta de sua prática. Existe assim o perigo de reduzirmos a análise do turismo a uma perspectiva comercial, marginalizando-o como meio de entendimento do real, ou como ciência. Tal postura entende o turismo como produto elaborado a partir de recursos naturais ou culturais, acrescido de equipamentos e de meios de transportes e que é colocado no mercado para ser consumido. É uma perspectiva utilitarista, não levando em consideração os interesses, ideologias e conflitos.

Temos assim, resumidamente, dois caminhos a serem seguidos: um tecnicista, ficando a cargo do ensino superior a formação de mão-de-obra qualificada, porém acrítica e domesticada, servindo aos interesses do capital. Considera-se aqui o turismo como uma técnica e como mero instrumento para a profissionalização, sem referências históricas, voltado exclusivamente para atender as necessidades econômicas do mercado. Não se percebe a dimensão econômica, política e cultural do turismo, além de desconhecer o movimento histórico da sociedade.

Uma outra perspectiva é a que entende o turismo como ciência, compreendido a partir de sua totalidade histórica, com sua dimensão explicativa partindo da economia, da política, da cultura e dos aspectos sociais que cercam uma comunidade. Para tanto, é necessário que os professores optem por conteúdos mais politizados e históricos, que busquem o conhecimento científico, entendendo o turismo a partir de sua multidisciplinaridade, que tem

nos aspectos teóricos um instrumental para a leitura do real. Ao optarmos por tal perspectiva, pelo menos duas questões devem ser levantadas: a primeira é o modo como o turismo se insere no mundo do trabalho, tendo em vista que conceitos como ócio, lazer e tempo livre estão presentes nas relações de produção e nos conflitos de classe. Seguindo este mesmo caminho, devemos nos questionar sobre o tipo de trabalho que é gerado pelo turismo e qual seu impacto tanto na legislação trabalhista como nas formas tradicionais de produção.

A segunda é a problemática da alteridade, já que é fundamental, para o profissional do turismo, entender como as interações sociais afetam a prática do turismo. Daí ser fundamental respondermos algumas questões: como se dão os contatos entre visitantes e visitados? Como o turismo interfere na questão da identidade, de estereótipos e preconceitos? Qual o impacto na constituição da memória local, devido à criação de cenários, rituais e artesanatos voltados para o turista? Qual a influência que os turistas exercem sobre as tradições locais, tendo em vista que, em geral, é possível encontrar práticas culturais comunitárias e outras voltadas para o turista? Como as diferentes classes sociais, grupos, faixas etárias comportam-se frente às relações estabelecidas pelo turismo?

Ao responder estas questões, estamos levando em consideração o fato de que o turismo deve ser entendido como uma ciência social e, desta forma, deve atentar-se para os elementos que possibilitem o entendimento da realidade, como a tradição e a história, sendo que, só assim será possível compreender a forma como os homens se relacionam, o que motiva a cooperação ou o conflito e qual o caminho percorrido para chegarmos onde hoje estamos.

Como ciência social, optou-se aqui pela perspectiva materialista histórica, em especial no que se refere à relação turismo e trabalho. Nossa proposta não é realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema, porém, uma análise

* Graduado e especialista em História pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Mestre e doutor em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor para o curso de Turismo no Centro Universitário Filadélfia – Unifil, onde atua como Coordenador de Divulgação Científica e Coordenador do Comitê de Pesquisa. Membro do Conselho Municipal de Turismo de Londrina-PR. Diretor de Assuntos Educacionais do SINPRO. Autor dos livros "Olhares sobre a Colônia: Vieira e os Índios", pela editora da Universidade Estadual de Londrina – UEL e "A Restauração Portuguesa a partir da Obra do Padre Antônio Vieira", pela editora Aos Quatro Ventos. Avaliador Institucional e de Cursos do Sistema de Avaliação Nacional da Educação Superior – SINAES.

dos textos recém publicados que abordam a temática história do turismo apresenta o predomínio de uma abordagem conservadora que, em muitos casos, beira o positivismo historiográfico de fins do século XIX. Este é o caso do livro intitulado *Turismo: Atividade Marcante*, de Geraldo Castelli (2001), que, ao abordar a história do turismo, em seu primeiro capítulo, destaca sua comercialização como elemento fundamental para a consolidação da burguesia no século XIX, favorecido pela ação de personagens como Thomas Cook, Thomas Bennet e Louis Stangen. Não são apresentadas relações mais amplas com a sociedade ou com a constituição do trabalho industrial assalariado, culminando sua análise com a identificação do turismo como elemento inerente à consolidação da globalização de fins do século XX.

Tendência conservadora é mantida no livro de Marc Boyer (2003), *História do turismo de massa*, que, apesar de avançar no sentido de identificar o turismo como prática que se constitui no século XIX, mantém perspectiva positivista, que favorece mais a enunciação de datas e nomes que a reflexão efetiva sobre o fenômeno social. Aponta, no entanto, elementos que aproximam a constituição do trabalho moderno e a teoria do lazer com o desenvolvimento do chamado turismo de massa na França e Inglaterra. Grande avanço dará John Urry (1996) no livro *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas* quando, partindo de uma perspectiva sociológica crítica e compartilhando de argumentos da historiografia contemporânea, identifica o turismo de massa como resultado das contradições inerentes ao sistema capitalista em constituição. O autor salienta que numa sociedade marcada pela exploração máxima do trabalho e pela instituição do lazer controlado, o turismo em grande escala será uma conquista do trabalhador, em especial o inglês, no século XIX. É nesta linha de raciocínio que este trabalho se constitui.

Vale a pena ainda abordar, mesmo que não seja o objetivo deste artigo, a forma como a história do turismo no Brasil vem sendo abordada. A grande dificuldade é identificar categorias de análise que possibilite identificar o momento em que o turismo se constitui no Brasil. Um trabalho que avança neste sentido é o intitulado *Raízes do Turismo no Brasil*, de Mário Jorge Pires (2001). O autor identifica práticas de turismo já com a vinda da família real para o Brasil. Se partirmos do princípio apontado por John Urry, que o turismo está intimamente vinculado com a constituição do trabalho capitalista, só se pode pensar em turismo no Brasil a partir do processo imigratório que se inicia em meados do século XIX, impulsionado pelo fim do tráfico negreiro e pela Lei de Terras, com pelo menos dois momentos de consolidação: a formação sindical e as conquistas trabalhistas de início do século XX e a época conhecida como Era Vargas, momento de consolidação das conquistas e de manipulação dos sindicatos e trabalhadores. Estes são, no entanto, elementos para discussões posteriores.

II.

A constituição do Estado Liberal favorece o surgimento do turismo enquanto prática, inserida no mundo capitalista em constituição e em sua dialética. Apesar de sabermos que os deslocamentos humanos existem desde os tempos mais remotos, as condições para a constituição do turismo só serão dadas com o advento da revolução industrial, ou seja, do capitalismo, devido, principalmente, ao processo de centralização dos meios de produção e de proletarianização, que atingia grande parte da população inglesa. Com isto teríamos a condição necessária para a constituição da prática do turismo, ou seja, a distinção entre tempo de trabalho e tempo do ócio; tanto que, nos anos seguintes às revoluções, a ciência se esforçará para encontrar meios de controle do tempo do trabalho, culminando com as teorias fordistas de tempo-movimento.

Outro elemento fundamental é a constituição da sociedade de consumo, só possível a partir do momento em que o trabalhador se vê despossuído dos meios de sobrevivência, vendo-se obrigado a vender sua mão-de-obra em troca de um salário. Sem a proletarianização não seria possível a constituição da sociedade de consumo e, conseqüentemente, do turismo. Este é o aspecto contraditório de todo o processo: o elemento de subordinação é justamente o que dá vida ao sistema, sendo necessária sua domesticação para que o mesmo se mantenha funcionando. É o trabalhador assalariado que garante o sucesso do empreendimento burguês, apesar de não compartilhar de seus ganhos.

O turismo também nasce desta contradição. Vale lembrar que, até as revoluções burguesas, o conceito de viagem por lazer não estava difundido às classes populares. No *Grand Tour*, este tipo de viagem, voltada para o estudo e para a busca do reconhecimento cultural da antiguidade romana, era realizada pela aristocracia e burguesia em ascensão, servindo como meio de garantir status social (Salgueiro, 2002). Não havia a divisão entre tempo de trabalho e tempo livre e, mesmo que houvesse, não era aos populares que estava destinada. É justamente da exclusão, proporcionada pelo capitalismo, que o turismo nasce. É a divisão do trabalho capitalista, aliada às novas tecnologias então desenvolvidas, que dará condições para o surgimento desta prática, seu desenvolvimento e sua consolidação.

Outro elemento contraditório é o fato de que o turismo aparece também como conquista do trabalhador, que seria posteriormente apropriada pela burguesia, no processo de desapropriação do proletariado e de privatização do mundo. Eric Hobsbawm (2001), ao tratar do conceito de classe operária, afirma que o trabalhador, ao inserir-se no mundo capitalista, vê-se obrigado a aprender a viver em uma nova realidade, quando seus saberes e a forma de vivência anterior não serviram para explicar

o mundo em que estavam se inserindo. Era necessária a constituição de uma nova sociabilidade, marcada pela solidariedade e pela constituição de elementos culturais próprios, como a roupa, a alimentação e o futebol. Seguindo este mesmo caminho, sabemos que os lugares para lazer eram inexistentes na cidade industrial de fins do século XVIII e início do XIX, o que favorecia a proliferação de freqüentadores do submundo, marcado pela prostituição e pelos *pubs* ou bares. Visando minimizar esta prática e, ao mesmo tempo, reunir e organizar os trabalhadores, o movimento operário inglês vai desenvolver uma série de atividades de diversão, como os piqueniques.

Além disso, como bem demonstrado por John Urry (1996), os trabalhadores passam a lutar pelo direito à viagem, sendo esta mais uma marca da cultura operária em constituição. Uma das principais conquistas neste sentido foi o direito a férias remuneradas, a redução da jornada de trabalho semanal e a possibilidade do uso do trem como meio de transporte, até então reservado à burguesia. Com isto, teremos a constituição de lugares próprios para a visitação do proletariado, geralmente em uma mesma época do ano, tendo em vista ser comum às empresas darem férias coletivas. Na Inglaterra, ainda segundo este autor, esta prática possibilitou a constituição dos balneários proletários, lugares geralmente próximos às cidades de origem dos trabalhadores e preparados para recebê-los, elemento que acaba por reforçar tanto a cultura operária, tendo em vista o desenvolvimento de práticas em comum, quanto sua organização e articulação. Neste sentido, podemos afirmar que o turismo fora, ao mesmo tempo, uma conquista dos trabalhadores e um elemento de aglutinação e articulação do movimento operário inglês.

III.

Afirmar que o turismo é uma atividade própria do mundo moderno, inaugurado com o processo de industrialização e internacionali-

zação do capital promovido pelas revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, não é novidade. Apesar dos deslocamentos humanos serem uma constante na história da humanidade, a motivação não é a mesma. John Urry (1996), no seu livro *Olhares do Turismo*, apresenta a constituição do turismo de massa no século XIX vinculado à formação da classe operária inglesa e aos progressivos ganhos sociais, como férias remuneradas e o direito de viajarem de trem. Acompanham, neste sentido, reflexões de historiadores como Eric Hobsbawn (2001, p.279-304), que entende o lazer e o turismo, como importantes elementos para a constituição de uma identidade de classe por parte do proletariado.

Geraldo Castelli (2000, p.16), em seu livro *Turismo: Atividade Marcante*, segue caminho semelhante, ao afirmar que:

A viagem turística atual é uma decorrência da sociedade industrial que provocou uma concentração de pessoas em cidades, de tal sorte que a fuga deste meio ambiente tornou-se até mesmo uma questão de sobrevivência. A viagem turística passou a ser para o homem urbano atual um produto de primeira necessidade. O berço do turismo está nas estruturas urbanas industriais criadas na Europa Ocidental e na América do Norte a partir de 1840.

Marc Boyer (2003, p.96), por sua vez, afirma que:

A história do turismo é inteligível somente no longo prazo e em uma perspectiva sociocultural (...). A história apresenta-se como um pêndulo. De um lado, a civilização tradicional em que o turismo não existe e, de outro lado, a sociedade pós-industrial que é qualificada, certas vezes, de "civilização do lazer"; entre as duas, houve um ponto baixo por volta de 1840, quando a duração do trabalho foi máxima, chegando a sessenta horas semanais e até mesmo além disso, mas ao mesmo tempo os ticos ociosos eram freqüentemente os turistas

O contexto histórico apontado por Castelli e Marc Boyer, a segunda metade do século

XIX, coincide com o momento apontado por Eric Hobsbawn (2000) como sendo o de consolidação da Revolução Industrial, quando a indústria siderúrgica ganha espaço e importância graças, principalmente, ao advento do transporte ferroviário. Os meios de transporte aparecem, em conjunto com os de comunicação, como elemento fundamental não apenas para o advento do turismo moderno, mas principalmente para consolidar o processo de internacionalização do capital, a partir de um ideal de civilização pautado nos preceitos burgueses de Estado, democracia e liberalismo, elementos apontados por Marx e Engels (2000, p.70) no Manifesto do Partido Comunista, de 1848:

Com o rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, com as comunicações imensamente facilitadas, a burguesia arrasta para a civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de suas mercadorias são a artilharia pesada com que derruba todas as muralhas chinesas, com que força à capitulação o mais obstinado ódio dos bárbaros aos estrangeiros. Obriga todas as nações, sob pena de extinção, a adotarem o modo de produção da burguesia; obriga-as a ingressarem no que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Numa palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança.

A constituição do paradigma moderno de civilização, iniciada no século XVIII com a Revolução Francesa e o Iluminismo, consolida-se com o imperialismo do século XIX, ultrapassando o aspecto religioso, que marca o processo de expansão ultramarina, substituído pela razão e pela sociedade capitalista que então se impunha. O conhecimento do outro se torna uma realidade científica, e não mais religiosa, de conversão, como queriam, por exemplo, os padres jesuítas dos séculos anteriores. Conhecer o outro continuou sendo uma estratégia de dominação, porém moldados em novos preceitos, agora antropológicos. O diferente passa a ser o exótico, integrando-se ao turismo,

que o procura não para interagir, conhecer ou respeitar, mas para diferenciar, enfocando a superioridade da civilização.

Tais aspectos aparecem na literatura do período. No livro *Os Maias*, de Eça de Queiroz (2000, p.231), um dos personagens principais, João da Ega, comenta que o grande erro da civilização era querer se expandir para todo o mundo, homogeneizando-o, eliminando o exótico, elemento de atração turística. O personagem apresenta uma das contradições do mundo moderno então em construção, pois, ao mesmo tempo em que chama atenção para o processo de europeização por qual passava o diferente, entende-o como inferior, e assim, tido como objeto de apreciação pelo seu exotismo.

Mas Ega, que estivera um pouco silencioso, entalando de vez em quando o monóculo no olho e sorrindo para a baronesa, pronunciou-se alegremente contra todas essas explorações da África, e essas longas missões geográficas... Porque não se deixaria o preto sossegado, na calma posse dos seus manipansos? Que mal fazia à ordem das coisas que houvesse selvagens? Pelo contrário, davam ao Universo uma deliciosa quantidade de pitoresco! Com a mania francesa e burguesa de reduzir todas as regiões e todas as raças ao mesmo tipo de civilização, o mundo ia tornar-se de uma monotonia abominável. Dentro em breve um turista faria enormes sacrifícios, despesas sem fim, para ir a Tombuctu – para quê? Para encontrar lá pretos de chapéu alto, a ler o Jornal dos Debates.

Outro autor que trata de tais questões é Jonathan Swift (1983, p.262), que publica *Viagens de Gulliver* no ano de 1726. Aqui nos é apresentado um mundo mágico, ainda desconhecido do homem moderno, permeado por gigantes, anões e até mesmo cavalos falantes. É-nos chamada a atenção para a diversidade cultural e social que, neste momento, vinha à tona questionando, por outro lado, a superioridade européia, suas leis, sua organização política, econômica e judicial, comparando-as com os locais visitados. Um

exemplo é o fato de afirmar, quando do retorno de suas viagens, de sua impossibilidade de mentir, qualidade aprendida com os povos visitados:

Fiz-lhe um brevíssimo relato de minha viagem, da conspiração dos meus próprios homens, da região em que me haviam deixado e dos anos que eu lá residira. Tudo isso lhe pareceu a ele um sonho, ou uma visão, com o que me senti sobre-modo ofendido, pois eu me esquecera inteiramente da faculdade de mentir, tão peculiar aos Yahoos (homens) em todos os países em que residem, e, por consequência, da disposição de desconfiar da verdade em outros de sua espécie.

A concepção de civilização em oposição ao selvagem, ao inferior, aparece ainda em livro do século XX intitulado *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley (1980, p.139-140), que nos apresenta uma sociedade pós-guerra em que a civilização se impunha: extremamente hierarquizada e industrializada, com os humanos “nascendo” de máquinas e ocupando lugares específicos de acordo com a sua casta. O trabalho é entendido como necessário para que, nos momentos de ócio, o prazer esteja garantido em forma de festas, poligamia e drogas, elementos norteadores para os que ali viviam, garantias de controle sobre os indivíduos. No entanto, havia um grupo de pessoas que viviam fora da civilização, os selvagens, tidos como seres exóticos e inferiores, motivo de admiração e repugnância para os que visitam suas tribos:

– Mas como podem viver assim! – exclamou numa voz de incredulidade indignada. (Não era possível.)

Bernard encolheu os ombros filosoficamente – Seja como for – disse – vivem assim há cinco ou seis mil anos. Assim sendo, suponho que já devem estar habituados.

– Mas a limpeza é vizinha da furdileza – ela insistiu.

– Sim, e civilização é esterilização – prosseguiu Bernard, concluindo em tom de ironia a segunda lição hipnopédica de higiene elementar – Mas essas pessoas

nunca ouviram falar de Nosso Ford, e não são civilizadas.

A modernidade e o modelo de civilização que com ela se impõe têm em seu bojo uma nova concepção de tempo, marcada pela importância crescente do relógio e pela distinção entre tempo do trabalho e tempo livre. É daí que surge, por exemplo, o conceito moderno de infância, período que antecede ao trabalho, destinado ao brincar e ao lazer, características que deveriam ser abandonadas quando adultos (Ariès, 1981). Na vida adulta, uma outra distinção é colocada: entre o período destinado às atividades profissionais e o do ócio, não sendo possível a confusão entre eles. O enfoque maior, no entanto, é dado ao trabalho, elemento que motivara Paul Lafargue (2000, p.13) a escrever o livro *Direito à Preguiça*, chamando atenção para as mazelas sociais proporcionadas pelo mundo moderno e a necessidade do ócio:

Uma estranha loucura se apossou das classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Esta loucura arrasta consigo misérias individuais e sociais que, há dois séculos, torturam a triste humanidade. Esta loucura consiste no amor ao trabalho, na paixão moribunda pelo trabalho, levado até ao esgotamento das forças vitais do indivíduo e da sua prole.

O controle do tempo torna-se fundamental para a reprodução do capitalismo, o que levou ao seu estudo, chegando ao ápice na constituição do sistema fordista de produção, pautado em um processo de alienação que distancia cada vez mais o trabalhador do resultado do seu trabalho, além de distinguir a atividade intelectual, de planejamento, da braçal, de execução. É a linha de montagem, aliada à esteira, que vai possibilitar que este ideal tenha sucesso.

Tal modelo influencia a constituição do mundo moderno no século XX, levando a uma fragmentação da sociedade em todos os seus âmbitos: sociais, culturais, educacionais, econômicos e políticos, atingindo também o

turismo. Neste caso, o turista sofre, assim como o trabalhador fabril, o processo de alienação resultado desta prática, pois não constrói, não conhece a realidade em que está se inserindo, aceitando pacotes fechados, pensados por outros para satisfazer suas necessidades. Não há o estranhamento, fundamental para a construção do conhecimento, mas a continuidade do desconhecimento em relação ao outro, ao diferente.

Com as conquistas trabalhistas dos séculos XIX e, em especial, do século XX, a atividade turística é intensificada, possibilitando o surgimento do chamado turismo de massa. É importante salientar que este tipo de atividade só é possível à medida que os trabalhadores têm acesso aos seus direitos, como é o caso apontado por John Urry, ao tratar da ascensão do balneário inglês no século XIX, e de Marc Boyer, ao demonstrar o surgimento do turismo de massa na França, que só ocorre a partir de 1936, quando há ganhos sociais advindos do movimento operário, principalmente o direito a férias remuneradas e a folgas, elementos conquistados pelos trabalhadores, sendo o grande motivador do turismo de massa.

É importante constatar que, na Europa, o momento de ganhos trabalhistas coincide com o pós-guerra, quando o Estado de Bem-Estar Social implanta-se na Europa, tendo por base a garantia de condições mínimas de sobrevivência para os trabalhadores, favorecendo uma estabilidade que impulsiona o turismo não só na França, mas em todo o continente. Este período também ficou conhecido como "Anos Dourados", devido a excepcional melhoria das condições de vida no mundo capitalista desenvolvido (Hobsbawm, 1996, p.253-281), com um número cada vez maior de pessoas tendo acesso a produtos industrializados e, devido às férias remuneradas, às viagens de turismo. Além disso, surgem novas necessidades que transformam a vida cotidiana, como o rádio, geladeira, produtos sintéticos, novas calculadoras e relógios, dentre outros. A pesquisa

torna-se fundamental para a consolidação das diferenças entre países ricos e pobres, e a substituição do velho pelo novo torna-se fundamental, consolidando a sociedade de consumo. O Estado de Bem-Estar Social representou, para os países desenvolvidos, o fim do desemprego de massa e da pobreza graças a um Estado previdenciário universal e generoso.

Outro elemento que impulsiona o turismo é a chamada cultura de massa. A cultura de massa, segundo Ecléa Bosi (1996), deve ser entendida como parte do processo de expropriação do saber proporcionada pela industrialização, levando a uma distinção entre aquele que sabe, planeja e orienta e aquele que executa. Com o processo de industrialização, a distinção entre cultura popular e erudita ganha nova conotação: a erudita, ou burguesa, é tida como racional e progressista, enquanto que a popular é aquela que vive miticamente a tradição. Com isso, as manifestações culturais que faziam parte do cotidiano passam a ser entendidas como inferiores, devendo ser eliminadas, possibilitando o surgimento do receptor de culturas, e depois, do consumidor. São os primeiros momentos da cultura de massa, favorecendo o surgimento de expressões culturais produzidas por profissionais, como o circo e o teatro popular.

A cultura de massa é favorecida também pela necessidade de separar o trabalho do ócio, estabelecendo os momentos de produção e consumo de lazer. O lazer passa a ser entendido como o não trabalho, espaço de fuga, sendo entendido como o tempo liberado das atividades profissionais, como oposição ao trabalho capitalista (Dumazedier, 2004, p.53-63). A cultura de massa está, assim, associada às novas perspectivas estabelecidas em relação ao lazer, configurando-se como uma manifestação distanciada, pois, na cultura popular pré-capitalista, a produção e o consumo são imediatos, fazem parte do cotidiano do trabalhador. Quando tratamos da cultura de massa, temos uma profissionalização das manifestações, com uma distinção entre quem

produz, o artista, e quem consome, elemento só possível de ser entendido na sociedade capitalista. Neste sentido, a cultura de massa pressupõe passividade e homogeneização, pois é imposta pela indústria cultural, voltada para o consumo.

Este tipo de manifestação cultural está inserida nos mais diversos âmbitos da sociedade, como a arte, o lazer, a educação e o turismo, sendo favorecida pelos meios de comunicação que, assim como a escola, apresentam-se como instrumentos ideológicos do Estado, com a indústria cultural adquirindo o papel de sustentar o capitalismo internacional, em especial devido à bipolarização do mundo e à Guerra Fria, marcada pelos conflitos entre os Estados Unidos da América – EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. No ocidente, a cultura de massa adquire o papel de vangloriar os ganhos proporcionados pelo capitalismo, além de garantir uma defesa dos ideais burgueses de democracia, cidadania e liberdade.

A década de 80 vai ser marcada pela crise do socialismo soviético, que entra em colapso devido, principalmente:

- à necessidade da URSS competir no capitalismo internacional;
- à perda de competitividade dos soviéticos a partir da década de 60, por causa da revolução tecnológica no Ocidente; ao fato de que os países dependentes dos EUA se desenvolveram economicamente, enquanto que os aliados da URSS necessitavam de envio constante de recursos, por serem constituídos por países pobres e
- à propaganda capitalista, que incentivava a oposição entre o mundo livre X totalitário, sem admitir uma ponte para ligar os abismos.

O fim da Guerra Fria pôs fim à sustentabilidade da estrutura internacional, tendo como resultado um mundo em desordem e em iminente colapso, possibilidade de constituição de

uma nova ordem (Hobsbawn, 1996, p.223-252). A queda do Muro de Berlim marca o fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, do Estado de Bem-Estar Social, que sofrerá sérios embargos promovidos pelo presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan, e pela primeira ministra britânica, Margaret Thatcher.

São retomados, a partir daí, os ideais liberais de liberdade de circulação de capital e de minimização do Estado. É o neoliberalismo e a globalização, gestados na década de setenta, que ganham supremacia na década de oitenta e, em especial, na de noventa, com o "Consenso de Washington", que lega ao mundo um único modelo possível de desenvolvimento e uma única liderança mundial.

A década de oitenta conheceu, além das transformações econômicas e políticas, um período de salto tecnológico, com a robótica, a automação e a microeletrônica (Antunes, 2000). Estes elementos, aliados à necessidade de novas formas de controle do trabalho que se adequem à constituição do mundo pós-moderno, ainda em formação, levou ao repensar do fordismo, do cronômetro e da produção em série, favorecendo o estabelecimento de novos padrões de produtividade, denominada por Ricardo Antunes de especialização flexível, que tem como principais características (Antunes, 2000): a desconcentração industrial, o controle de qualidade; a qualidade total e a gestão participativa. É um novo modelo que se impõe, denominado de toyotismo, que tem como resultado a desregulamentação e a flexibilização das leis trabalhistas, com os direitos sendo substituídos pela participação, pelo envolvimento manipulatório, ganhando espaço discursos como empreendedorismo, cooperativismo e terceirização, além da vitória de uma cultura *self-service* que colabora para a desregulamentação do trabalho.

Ainda segundo Ricardo Antunes (2000), temos que a flexibilidade não exclui a exploração do trabalho e da mais-valia, mas a intensificação, devido ao aumento da carga

horária de trabalho nas pequenas e médias empresas, geralmente familiares e que servem de base para a terceirização, ao aumento do trabalho informal e à chamada precarização do trabalho, ou seja, o aumento de indivíduos não atendidos pelas leis trabalhistas, ficando excluídos de direitos como férias, décimo terceiro salário ou fundo de garantia. A conseqüência para o mundo do trabalho seria: a intensificação da exploração do trabalhador, que deve ser flexível e atuar em várias direções, além de estar disponível de acordo com as necessidades do mercado; a existência de um número mínimo de operários, que pode ser ampliado de acordo com as necessidades; o aumento da carga horária de trabalho; e a desarticulação do sindicalismo. Daí entendermos o discurso em torno do fim do trabalho. Na verdade, o que temos não é o fim do trabalho em si, mas de um tipo de trabalho, o assalariado.

Tal fato afeta diretamente o turismo. Nossa análise partiu do princípio de que o turismo de massa surgiu com a revolução industrial sendo, em parte, conquista do trabalhador e elemento de constituição de uma identidade operária e se, por outro lado, entendermos que o turismo expande à medida que as conquistas trabalhistas também se expandem, podemos afirmar que vivemos, hoje, uma crise do turismo, ou de um turismo específico: o de lazer ou o turismo de massa. As mudanças na forma como o turismo é pensado e na sua prática são decorrentes também das mudanças no mundo do trabalho. Atualmente, devido ao processo de flexibilização, a distinção entre tempo de trabalho e de ócio vem deixando de ser a marca da sociedade contemporânea, assim como foi no mundo moderno. Cada vez mais se confunde o trabalho com o lazer, fazendo com que o turismo também se transforme, abrindo espaços para atividades como o turismo de negócios e o de eventos. Com a diminuição dos direitos trabalhistas e o aumento do tempo de trabalho sendo

característica dos grupos populares, resta ao turismo investir nas classes médias e altas, que ainda escapam do processo de precarização do trabalho e podem, desta forma, sustentar a prática do turismo no início do século XXI. Vivemos assim um momento de transformação do turismo, que não se confunde com o que se constituiu no século XIX, acompanhando as mudanças que a sociedade capitalista vem sofrendo.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo/Campinas: Cortez/UNICAMP, 2000.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular.** Petrópolis: Vozes, 1996.
- BOYER, M. **História do turismo de massa.** Bauru: EDUSC, 2003.
- CASTELLI, G. **Turismo: atividade marcante.** Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 2004.
- ENGELS, F.; MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista.** 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HOBBSBAWN, E. A origem da Revolução Industrial. In: **Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- HOBBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOBBSBAWN, E. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- HUXLEY, A. **Admirável mundo novo.** São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- LAFARGUE, P. **O direito à preguiça.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- PIRES, M.J. **Raízes do turismo no Brasil.** Barueri: MANOLE, 2001.
- QUEIROZ, E. **Os Maias.** 3.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- SALGUEIRO, V. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e amor à cultura. **Revista brasileira de história.** São Paulo: ANPUH/Humanitas, v.22, n.44, 2002.
- SWIFT, J. **Viagens de Gulliver.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** São Paulo: SESC/ Nobel, 1996.

Cronologia do processo editorial:

Recebimento do artigo:	31-out-2007
Envio ao parecerista:	04-mar-2008
Recebimento do parecer:	08-mar-2008
Envio para revisão do autor:	10-mar-2008
Recebimento do artigo revisado:	27-mar-2008
Aceite:	02-jun-2008